



DESCOLONIZANDO¹ O DEBATE EM TORNO DA QUESTÃO SOCIAL: a questão agrária como particularidade da questão social brasileira

DECOLONIZING THE DEBATE AROUND THE SOCIAL ISSUE: the agrarian issue as a particularity of the Brazilian Social Issue

José Filho Araújo Santos

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

A pretensão da reflexão é discutir a relevância da particularidade da formação sócio histórica brasileira na configuração das relações sociais e econômicas, tendo como pressupostos axiais desta dinâmica, a questão agrária, e a exploração da força de trabalho das populações originárias que aqui já estavam como aquelas importadas por relações escravistas e/ou com fins produtivo-comerciais (indígenas, negros e imigrantes pobres). Com isso, apontar à constituição da cena política que emerge deste cenário histórico demarcando as lutas sociais no campo no enfrentamento as formas de domínio e a expropriação. Que vai contundentemente repercutir no acesso e posse da terra, bem como, nas alternativas orgânicas que o conjunto de trabalhadores (as) camponeses vão engendrar durante as transformações societárias face as tensões e contradições da lógica capitalista. Nisto localizamos de imediato a emergência da questão social, ainda que área, só tome sua apreensão no modelo urbano-industrial com o ingresso na cena política da classe operária.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Questão Agrária. Serviço Social.

ABSTRACT

The pretension of the reflection is to discuss the relevance of the particularity of the Brazilian socio-historical formation in the configuration of social and economic relations, having as axial presuppositions of this dynamic, the agrarian question, and the exploitation of the work force of the original populations that were already here those imported by slave relations and / or for productive-commercial purposes (indigenous, black and poor immigrants). With this, to point to the constitution of the political scene that emerges from this historical scenario that is registered in the colony demarcating the social struggles in the field of confronting forms of domination and expropriation. It will forcefully affect the access and ownership of land, as well as the organic alternatives that the peasantry workers will engender during the societal transformations in the face of the tensions and contradictions of the capitalist

¹ Consideramos que é fundamental aprofundar a relevância dos elementos axiais da questão social no Brasil, a partir da dimensão agrária e da superexploração da força de trabalho (Traspadini, 2016), articulando com a dimensão macrosocietária da lógica capitalista a partir da particularidade que se configura no território brasileiro. Além, dessa dimensão, é preciso alargar o significado desta particularidade na configuração da luta de classes no país, compreendendo as relações econômicas, política, sociais e culturais, e as formas orgânicas de participação política dos sujeitos históricos da nossa região. “A colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo que vivemos e das epistemes que lhe são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10).



logic. In this we immediately locate the emergence of the social question, albeit an area, only take its apprehension in the urban-industrial model with the entry into the political scene of the working class.

KEYWORDS: Social Issues. Agrarian Question. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da questão social, bem como da inserção do Assistente Social no âmbito das questões decorrentes do mundo agrário é algo, ainda incipiente e tênue do ponto de vista da produção acadêmica e da experiência profissional. Apesar de já colhermos avanços. O debate da questão agrária reforça a necessidade de ressignificar o sentido do urbano-industrial numa sociedade que perpassa a lógica sistêmica do capitalismo dependente (TRASPADINI, 2016, 2017). Sobretudo, quando a visibilidade da questão social só emerge a partir deste contexto de urbanização e assalariamento. Para Traspadini (2016), a estrutura do capitalismo dependente revela a questão agrária como estrutura dorsal, logo, as desigualdades da formação social brasileira que perpassará os fatos históricos e as dinâmicas políticas e econômicas que ocorreram no país estarão decisivamente ligadas à questão agrária.

Acumulação originária no país vai apresentar processos de expropriações e espoliações das riquezas naturais, bem como, da terra, possibilitando engendrar a grande concentração e centralização fundiária nas mãos de poucos, que se estabelece da colônia aos nossos dias, num momento contínuo e permanente (TRASPADINI, 2016). Demonstrando a particularidade da questão agrária no complexo da questão social no país. (SANT’ANA, 2012).

A forma como o urbano-industrial se compôs, cumpriu uma relação de modificação das formas originárias de expropriação e aviltamento, sem rompê-las, mas renovando-as sobre dutos técnico-científicos que ampliaram os canais de solapamento da terra, riquezas ambientais e formas de superexploração da mão-de-obra.

No país a questão agrária esteve convergida nestes processos sociais e econômicos de base colonial-escravagista, que ao ocupar o solo brasileiro, e modificar as formas de apropriação, vai transferindo parte do volume das riquezas para fora do país, bem como, altera a sua mercantilização em âmbito local, por meio do processo industrial, que vai ter rebatimentos na expulsão da população do campo para a cidade, a forma como serão explorados na cidade, e as necessidades humanas que lá se agravam. Além da concentração e apropriação cada vez mais privada da riqueza socialmente produzida.



Essa dinâmica exigiu das instâncias de poder da época, sobretudo, patronato e estado respostas para as necessidades humanas, que se agravavam, ao passo que são potencializadas tanto no campo, como na cidade. O que vai ter uma configuração distinta destas respostas para os sujeitos nestes contextos. Apesar de as desigualdades que se manifestam no campo, serem as mesmas, que se reproduzem na cidade. Essas terão maior intensidade no campo. O que vai registrar uma secular negação de direitos sociais, que intencionalmente se correlacionam com escolhas políticas e econômicas ao considerar o campo apenas como espaço de extração de matérias-primas, concentração fundiária e exploração da mão-de-obra dos trabalhadores camponês. A política de reforma agrária, política agrícola, direitos de proteção social, trabalhistas, previdenciários e sociais, vão alcançar este segmento social muito tardiamente, diante do histórico processo de colonização e exploração. A conformação do estado por blocos hegemônicos do capital vai relegar as necessidades advindas do campo, penalizando as populações que lá se constitui enquanto sujeitos históricos.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA COMO COMPLEXO DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: há muito campo nesta relação social

A questão social se constitui nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se travam nas tensões entre as classes sociais em busca pelo acesso e apropriação da riqueza socialmente produzida. Destaca-se, entretanto, que as configurações destas relações se plasmam na apartação das condições objetivas e subjetivas de produção da vida e sua reprodução social, tendo como determinante apropriação privada e a concentração dos meios de produção, colocando as classes antagônicas em disputa por estas condições. Isso vai pôr de um lado, a classe trabalhadora, de outro a classe dominante capitalista, esta última mediante a exploração, extrai copiosamente, graus elevadíssimos, de mais valia, além da mercantilização da atividade humana, engendrando as formas subalternas de produção da vida e sua reprodução social. (MARX, 2002; LUCKAS, 2008)

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio evolutivo de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se alça um edifício jurídico e político, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, é sua existência social o que determina sua consciência. Em um estágio determinado de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



sociedade entram em contradição com as relações existentes ou [...] com as relações de produção dentro das quais estavam se movendo até o momento. Ao considerar esta classe de inversões, sempre é imprescindível distinguir entre a inversão material das condições econômicas de produção, fielmente comprováveis ao ponto de vista das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em suma, ideológicas, dentro das quais os homens cobram consciência deste conflito e o solucionam. (MARX, 2003, p. 5)

A questão agrária, como complexo da questão social,

explicita as contradições da relação capital-trabalho no capitalismo dependente latino-americano e redefine o sentido do urbano-industrial nas entranhas da formação sociohistórica colonial em que a terra e o trabalho foram, gradativamente, moldados para satisfazer a mesma produção de sentido: transição do processo de trabalho ao processo de valorização. (TRANSPADINI, 2016, p. 167)

É fundamental compreender quais as dinâmicas sociais que vão instituindo os elementos axiais da luta de classes no país, apresentando sua composição, no campo dos embates e das formas orgânicas de luta e enfrentamento. É preciso sinalizar que dentro da divisão internacional do trabalho, os países latinos americanos, entre estes o Brasil, cumprem uma determinada posição, no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo dos países centrais colonizadores, que buscaram em meio à invasão aos territórios ampliar a base produtiva e lucrativa das mercadorias primárias por meio da indústria. Nisto, vamos localizar que a terra, e sua composição orgânica por meio dos bens naturais, comportam as condições para este fim, bem como, a superexploração da força de trabalho das populações originárias que aqui já se localizavam, a exemplo dos indígenas, dos negros escravizados importado pelo mercado negro, e dos imigrantes pobres. Se reconfigura os processos econômicos que vão sendo especializado pela lógica de produção capitalista, através da desterritorialização das dinâmicas socioculturais que existiam no espaço geográfico, sendo estas exterminadas e/ou subjugadas à forma social dominante. Marx aponta que tais “descobertas”², elucida o caráter fundamental da acumulação primitiva, que se revela na forma como as forças hegemônicas colonizadoras se fizeram no território.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo e caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (Tradução própria) (MARX, 1989, p. 868)

² Consideramos que o território latino-americano, e em específico o Brasil não foi descoberto, mas invadido, saqueado e expropriado, por meio da violência como mecanismo que hipertrofiou a ideologia e a prática dominadora dos colonizadores.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A centralidade da questão agrária no desenvolvimento do território latino americano, e diga-se brasileiro, revela a essência da espoliação e das desigualdades sociais, articuladas num projeto sustentado na apropriação das riquezas naturais, desde o solo aos bens que deste brotam, desenhando uma lógica econômica-política desigual e combinada, atrelada aos interesses estrangeiros. Nisto, corroboramos, com Traspadini, quando destaca que:

A questão agrária é a raiz do passado-presente subordinado e dependente da condição do desenvolvimento da América Latina na dinâmica geral das leis tendenciais do movimento do capital. Na questão agrária, a terra e o trabalho emergem como a substância explicativa da superexploração da força de trabalho e dos mecanismos de opressão que lhe dão sentido, ao mesmo tempo em que são conformados por ela. (TRASPADINI, 2016, p.27)

Assim, não podemos prescindir de compreender as particularidades da formação social brasileira, alicerçada na dimensão agrária e na presença histórica dos indígenas, negros, colonos pobres, e camponeses na constituição da sociedade brasileira e em suas relações antagônicas, haja vista a sua presença política nesta formação. Pisar os pés na realidade, para caminhar sobre o caminho desbravado por outros, é elucidar a sua elaboração singular em meio à universalidade do movimento do real, que confronta questões, mas que especifica outras, particularizando a substância da sua configuração concreta, no campo da história humana. (MARX, 2000; LUCKAS, 2008; IANNI, 2004).

Terra e trabalho na América Latina são bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano das lutas dos movimentos sociais latino-americanos. (TRANSPADINI, 2016, p. 115)

No território brasileiro,

Tudo começou com o tratado de Tordesilhas, estabelecido entre Portugal e Espanha mediante a divisão do território que deu ao primeiro o direito de posse e de exploração da terra. Em 1534, colonos portugueses (nobres de poucas posses) vieram para cá e se estabeleceram em capitânicas hereditárias, primeira forma de organização política, econômica e social (descentralizada) adotada para povoar e produzir riqueza para a Coroa. Contudo, o projeto fracassou em função dos litígios travados com a população nativa escravizada que não se submeteu passivamente a dominação inicial. Daqui se desprende os indícios de uma relação de acumulação, em moldes capitalistas, baseada na profunda exploração do trabalho escravo, própria da fase mercantil do capitalismo, constituindo-se os primeiros germes da nossa questão social. Foi assim que se formou a sociedade colonial brasileira: entre 1530 e 1822, época da sua independência – ou do fim de seu estatuto colonial. Portanto fomos colônia por três séculos. Uma sociedade, que nasceu de um ambicioso projeto de expansão da riqueza e poder das monarquias absolutistas europeias. (SILVA, 2014, p.44)

As determinações macroestruturais são as mesmas haja vista o domínio da forma social capitalista no globo, atravessando mares, e rompendo as fronteiras, na ocupação de espaços que

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



possam se traduzir em mercadorias, ampliando a sua força produtiva, e os canais de extração da mais valia. No Brasil as raízes coloniais escravistas, conforme Silva (2014) apresenta o “antagonismo, exploração, contradição, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira”. O que para autora se traduz nas estratégias de enfrentamento a servidão indígena, a expropriação do negro, que recoloca fundamentalmente, a necessidade de luta por melhores condições de vida e de trabalho.

“Decerto que no passado essas lutas tinham caráter elitizante, mas em muitas delas registra-se a participação das massas: luta pela terra, contra a servidão e o extermínio do indígena e, também, pelo fim do trabalho escravo” (SILVA, 2014, p.42). Lutas elitizantes no sentido de ter a presença de franjas deste bloco, assumindo compromissos com os segmentos empobrecidos deste período, incorporando em seu posicionamento político as defesas de suas pautas, a exemplo, dos abolicionistas.³ Queremos destacar, que o processo de invasão, ao território brasileiro pela coroa portuguesa, não obstante, se deu de maneira harmônica e passiva, como queria os colonizadores, ao compreender que as populações originárias se postavam como seres irracionais⁴. Mas se processou com a resistência, e sua reafirmação enquanto (r)existência. (PORTO-GONÇALVES, 2015)

Desde a chegada do colonizador, passando pelo império, chegando a república em suas diversas fases de fortalecimento do projeto econômico-político do capital, vamos observar que os sujeitos que estão diretamente atrelado da dimensão agrária, e nesta na produção agrícola, vão está elaborando formas e alternativas de se colocarem no curso da história, se mobilizando para enfrentar as disparidades sentidas, quando passam a sofrer, desde a invasão cultural, da expropriação objetiva e subjetiva e das violências epistêmicas, que vão negar e subordinar sua dimensão sociocultural, identitária e de pertencimento ao território.

A sociedade colonizada nos tempos áureos do capitalismo mercantil europeu⁵ vai ter na extensa propriedade rural, no monocultivo e na superexploração da força de trabalho as

³ A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres [...] Se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (Joaquim Nabuco, 1884, líder abolicionista).

⁴ Não devemos desconhecer e valorizar o outro lado – o da resistência- produto de muitas registradas por outra perspectiva analítica de história. [...] afirmar a inexistência de organização e de correlação de forças como ausência de uma questão social ainda que latente é negar a capacidade e a diversidade dos instrumentos de luta dos segmentos explorados, e apenas reconhecer a força dos colonos exploradores é negar a capacidade dos escravizados de resistir à opressão e à exploração. É este sentido que atribuímos à expressão questão social latente: valorizar o conjunto dessas lutas, ressaltando-se as limitações históricas que atravessam a formação social brasileira (SILVA, 2014, p.30-31)

⁵ Forjada no calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, em um princípio contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



condições fundamentais de extração dos bens primários e do aquecimento do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, adiantada na técnica e na ciência que formulara o processo industrial. Esta dinâmica vai apartar os sujeitos históricos que estavam no campo do acesso a terra e dos meios de produção, expulsando, para outras regiões e espaços, que tenham a possibilidade de subsistir, isso, pensando na colônia, tem si o deslocamento, para a metrópole. Logo, na passagem do modelo colonial-escravagista, para o agrário-exportador e, por conseguinte, urbano-industrial vai se iniciando os primeiros núcleos urbanos, que mais tarde se configurará nas cidades, tendo a sua demarcação geográfica por esta população sedimentada por ocupações em áreas periféricas.

Em suma, pensando a questão agrária como conflito histórico das classes sociais pelas condições objetivas e subjetivas de consubstanciação dos projetos individuais e coletivos da vida prática social, humanamente marcada por processos étnicos, culturais, regionais, territoriais, produtivos, econômicos, políticos, com condição de classe e gênero, concordamos com Traspadini, ao registrar que:

as origens da dependência atrela-se à formação sociohistórica da América Latina colonial. A terra – dos donatários latifundistas - e o trabalho no campo – do índio e africano – baseados na subsunção formal, enraizada particularmente na metamorfose da mercadoria-valor-dinheiro em capital, dão a tônica das novas dinâmicas de desenvolvimento do capitalismo no continente. A renda da terra, ancorada na produção para a exportação, e o trabalho livre, assalariado ou não, vinculado a ela, gera um tipo particular de protagonismo periférico ao capital latino-americano. (TRANSPADINI, 2016, p. 170)

Isso explicita a caracterização do capital em nossa região historicamente, ainda que contemporaneamente em sua fase financeirizada com alcance mundializado, não tenha na dimensão agrária a definição de sua regulação e desenvolvimento (era dos serviços), tem na dimensão agrária os aportes e condicionamentos ao seu movimento e de composição orgânica, sobretudo quando notamos a constituição dos grandes trustes e carteis que se funde em grandes oligopólios, a exemplo das grandes mineradoras e as empresas do agronegócio. Que tem em sua regência desde corporação, empresas privadas e bancos.

De acordo com Wanderley (2000) compreender a dimensão da questão social no contexto latino-americano exige pensar os “processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades do nosso continente” (p. 51) e continua ponderando que todas as mudanças que a

expansão dos meios de pagamento que ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, ampliaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho à criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a esta, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na engrenagem demográfica e administrativa tecida durante a colônia a um conjunto de países que entram a gravitar em torno da Inglaterra. (MARINI, 2011, p. 133)

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



região passou “guarda traços indelévels dessa longa história que a condiciona: colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de estado, políticas sociais, etc.” (p. 51)

Assim, a base originária de formação do território brasileiro, estará condicionada, ainda que as forças determinantes da econômica rume a outras regras de produção, a terra e a superexploração da força trabalho, como dimensões substanciais e elementares da constituição do estado brasileiro, e sua forma política e econômica, o que terá implicações na arquitetura do estado e na programática que este atende.

As relações sociais e econômicas agrárias desvela sua presença nas diversas fases de desenvolvimento das forças produtivas do capital, perpassando da economia colonial-escravagista a financeirizada. Nisso, notamos com mais visibilidade a presença deletéria do capital no campo, e na continuação do processo originário que aportou às condições de sua existência. Nisto, observamos que a as relações concentradoras de terra, a monocultura, o latifúndio, a produção agrícola sustentada no grande volume de agrotóxicos e transgênicos, a produção voltada para o mercado e para a exportação, a *comodittização* das terras e dos bens naturais, a soberania alimentar em xeque, e o controle da cadeia produtiva e a sua transformação em processo de valor, vai (r) estabelecendo a necessidade cada vez mais premente das lutas sociais em defesa da soberania alimentar e da pachamama.

Nisto, temos os movimentos sociais do campo articulados em nível mundial pela CLOC/ Via Campesina que vem pautando frentes de lutas e programáticas, contrárias ao fortalecimento e a ofensiva do desenvolvimento do capital. A partir da defesa da produção agrícola e agropecuária assentada numa matriz produtiva que leve em conta a biodiversidade, que dialogue sua formulação técnica a partir dos aportes agroecológicos e salutareis com a fauna e a flora; que assegure a preservação das fontes e mananciais dos rios, com vistas à segurança hídrica; que preserve as sementes nativas, enquanto patrimônio da humanidade e fonte de subsistência alimentar; o posicionamento em defesa da reforma agrária e da luta pela distribuição de terras que não cumprem a sua função social e que se localizam nas mãos de poucos proprietários, que em parte das situações adquiriram por meio legais e ilegais fajutos e corruptos (a exemplo da grilagem); a defesa dos acampamentos e assentamentos; e das políticas de incentivo à produção agrícola camponesa de base familiar; a constituição de novos valores sedimentados em novas relações sociais de gênero e sexo no território agrário sem opressão e discriminação, entre homens e mulheres; e o acesso ao amplo conjunto dos direitos sociais e humanos, inscritos nos marcos normativos da cidadania formal, consubstanciando assim o



desenvolvimento do território camponês e as condições dignas de produção da vida e sua reprodução social.

3 APONTAMENTOS (IN)CONCLUSIVOS

Queremos, ao término inconcluso de nossa reflexão, destacar quatro apontamentos que consideramos imprescindível para fortalecermos a compreensão da particularidade da questão agrária como pressuposto axial da questão social brasileira, a partir da terra e da superexploração da força de trabalho, iniciada na colonização e assumida a frente nas formas de desenvolvimento das forças produtivas do capital, por meio dos estágios que o capital se fez, até chegar a sua fase financeirizada. (IAMAMOTO, 2007):

- A questão agrária, mais especificamente o território geográfico e os bens naturais na América Latina e, em específico no Brasil, configura da colonização aos nossos dias a forma *suis generis* do capital no país, por meio da apropriação privada, monocultivo, extração, exportação, e expulsão dos trabalhadores do campo;
- A superexploração da força de trabalho se registra enquanto estratégia de alargamento das forças produtivas no marco de uma economia periférica e dependente que cumpre ordens e demandas dos países centrais, tendo determinações desde o período colonial-escravagistas;
- As formas políticas assumidas pelos trabalhadores camponeses, sejam indígenas, sejam negros, ou camponeses pobres sedimentaram os processos de luta que impulsionaram mudanças, ou expressões de rebeldia e inconformismos;
- Ainda que o debate da questão social só ganhe atenção na área do Serviço Social a partir da revolução industrial, por meio do ingresso da classe operária na cena política e daí a formulação das primeiras políticas sociais que reivindicaram um quadro técnico especializado, e neste o Serviço Social. É preciso considerar, a formação social do país, anterior a este marco, exatamente para entender como aquele momento se constitui, e nisto, ressignificar o urbano-industrial como sugere Traspadini (2016) mediante os elementos anteriores que manifestam a divisão social e técnica do trabalho, as desigualdades sociais, os conflitos, os embates e as lutas em torno de melhoria de vida e acesso ao território, tendo nesta dinâmica, especificidades próprias no conjunto dos elementos que informam as formas de sociabilidade e das relações socioculturais.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Ementa do GT Questão Agrária, Urbana e Ambiental, Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 461-466, jul./dez. 2012.
- AMMANN. Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. Cortez: São Paulo, 1982.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A " **questão social**" no Brasil: crítica do discurso político. No. 162. Civilização Brasileira, 1982.
- DAL MORO, Maristela. **Formação Profissional em Serviço Social para assentados da Reforma Agrária**: o Regime de Alternância em questão In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), São Luiz (MA) Anais, 2013.
- DAL MORO, Maristela. TRASPADINI, Roberta. SANTOS, Fraqueline. **Serviço Social e questão agrária, entre as lutas sociais e as marcas da exclusão**. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2017, Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PSnTTftv4C0> Acesso em 28 de Jul. 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- IANNI, Otávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Ser social**, Brasília, v.15, n. 33, p.261-384, jul./dez. 2013.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 09-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- LUKACS. Georg. **Ontologia do ser social II**. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas / São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 9. ed. 2010.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

PEREIRA, Potyara A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 51-61, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter “Apresentação”. In: Lander, Edgardo (Org.) **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais**: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANT’ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2.ed. Campinas/SP, Papel Social; Cuiabá/MT, EdUFMT, 2014.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Belo Horizonte, UFMG/FAE, 2016. 338 p. Tese (Doutorado).

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDU, 2000.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDU, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 33-40, 2001.